

# FÓLHAS VERDES

Órgão de Informação do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

Edição Número 214 de Janeiro a Abril de 2015

## Nesta Edição:

### EDITORIAL

2

Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique Escala Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

3

Agências de Cooperação Discutem "Investimento Responsável no Sector Agrário" em Maputo

5

Oportunidades de Investimento no Agronegócio em Moçambique

6

Mecanização Reune Agricultura na Namaacha

7

PNISA Mobiliza Recursos para o Programa Nacional de Macanização em Moçambique

8

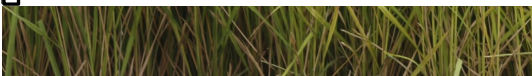
MASA Discute nova Estrutura Orgânica do Sector

9

ASA Debate Acções Estratégicas e áreas de Intervenção

11

## PR, Encoraja MASA a Produzir Comida para Reduzir Importações



## e Poupar Divisas

## EDITORIAL



José Condugua António Pacheco  
(Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar)



Luisa Celma Caetano Meque  
(Vice-Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar)

O novo Governo da República de Moçambique, eleito no sufrágio de 15 de Outubro de 2014, tomou posse a 15 de Janeiro do ano em curso, numa cerimónia de Estado que contou com convidados nacionais e estrangeiros de Países amigos de Moçambique.

Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, no seu discurso de investidura que durou pouco menos de 40 minutos, definiu entre outras, as linhas estratégicas que vão conduzir o seu Governo, tendo realçado que ao herdar um País em franco crescimento socioeconómico resultante dos esforços dos Governos anteriores e que no entanto irá buscar inspiração nos ideais dos seus antecessores.

O Presidente da República, destacou no seu discurso que Moçambique é um País abençoado em recursos naturais, em especial terras aráveis, florestas, recursos minerais e marinhos e ainda as recentes descobertas de importantes reservas de carvão, gás e areias pesadas, colocam o País na rota mundial e destino obrigatório do investimento.

Referiu igualmente que irá procurar assegurar uma crescente integração do conteúdo local e a participação efectiva dos moçambicanos nos projectos de investimento, em especial na exploração de recursos naturais.

Entretanto o Governo de Filipe Nyusi vai apostar por outro lado na forma-

ção e desenvolvimento do capital humano. Outra nota importante destacado pelo Presidente da República cinge-se com a aposta nos sectores tradicionais, nomeadamente a agricultura em primeiro lugar, pescas, agro-indústria, transportes e serviços e ainda no turismo.

Outra aposta importante, destacado no discurso de Sua Excelência, Presidente da República, Filipe Nyusi, foram programas e estratégias de desenvolvimento baseados nos distritos e localidades, lá onde a maioria das populações vive e coabita com os problemas reais, capitalizando as potencialidades e oportunidades de cada zona.

Uma atenção particular será dada ao sector familiar, no sentido de maior empoderamento dos camponeses assim como a melhoria da segurança alimentar. A prossecução de políticas de incentivo aos camponeses, aposta na industrialização da agricultura, como também a intensificação da produção de alimentos e o respectivo acesso pelo cidadão.

Com vista ao combate a desnutrição crónica o Governo vai promover a educação nutricional das comunidades através das instituições de ensino.

O novo Governo, formado por Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, confiou a pasta de Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar a José Condugua António Pacheco que vinha dirigindo os destinos deste organismo desde 2010 e a pasta de Vice-Ministra a Dr<sup>a</sup> Luísa Celma Caetano Meque, formada em Veterinária, até a sua nomeação desempenhava as funções de Directora de Ciências Animais do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique.



## FILIFE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE ESCALA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR



*Sua Excia, Presidente da República, recebendo explicação do Processo de Produção na machamba do Senhor Xadrique Mutemba, agricultor do sector familiar, distinguido com o Prémio de Melhor Produtor a nível da Província de Maputo na edição 2014/2015 da Campanha Agrária*

Presidente da República, Filipe Nyusi, visitou empreendimentos ligados a agricultura no Distrito de Boane, Província de Maputo, onde foi interagir com os percursos do desenvolvimento agrário, sobre as acções levadas a cabo por este sector, rumo ao desenvolvimento do País.

A visita teve como objectivo a **solidarização** com os que garantem a produção e produtividade agrária tendo em conta a responsabilidade que estes intervenientes da cadeia de produção tem na garantia da segurança alimentar e nutricional no País e contribuição na balança de pagamento, através das exportações.

A recepção de Sua Excelência, Presidente da República aconteceu no Centro Internacional de Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi, onde vários grupos culturais abrilhantaram a chegada do Presidente da República, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e Governo da Província de Maputo,

estiveram representados ao mais alto nível.

Filipe Nyusi, visitou sucessivamente um produtor singular de nome Xadrique Mutemba, que produz entre outras culturas verduras diversas, fruteiras como a manga e ainda numa fase inicial, a criação de frangos na perspecti-



*Cultura de abobora na machamba do Senhor Xadrique Mutemba, visitada por Sua Excia, Presidente da República*

va do Programa Intensivo de Transferência de Tecnologias Agrárias – PITTA.

Outro local visitado por Sua Excelência o Presidente da República, foi a Empresa Bananalândia que está a desenvolver tecnologias de ponta na produção da banana e que conquistou o mercado nacional, regional e internacional, pela sua qualidade e capacidade de produção. Seguidamente o Presidente da República visitou os campos de experimentação de hortícolas, arroz e milho numa parceria entre Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, Ministério da Ciência e Tecnologia e o Governo da República Popular da China.





*Sua Excia, Presidente da República, recebendo explicação da Directora dos Serviços Distritais de Actividade Economicas da Namaacha, Arlete Macuacua sobre a organização dos produtores e a proveniencia dos produtos colocados no respectivo “Stand”*

Nesta visita do Presidente Filipe Jacinto Nyusi à família da Agricultura e Segurança Alimentar, a Província de Maputo, organizou uma exposição-venda de produtos agrários onde os oito (8) Distritos estiveram representados com as suas potencialidades na produção de suplementos para animais na pecuária, investigação de variedades melhoradas de sementes, agroprocessamento de fruteiras, programa intensivo de transferência de tecnologias agrárias, produção de hortícolas, avicultura, fruticultura, bem como o abastecimento aos supermercados e comercialização de produtos.

Na segunda etapa da visita, o Presidente da República, reuniu-se com os membros do Conselho Consultivo do MASA alargado aos Directores Provinciais de Agricultura, Directores de Projectos Agrários e convidados de outros Ministérios onde no final do encontro, Filipe Nyusi desafiou o MASA nos seguintes termos:

Prioridade número um deve ser dada ao desenvolvimento da pecuária, dada as potencialidades que o país apresenta; Os cidadãos deste país devem ser potenciados de informação sobre a segurança alimentar e como alimentar-se bem; O MASA deve-se direccionar a actividade principal, de produção de

comida em abundância para alimentação e exportação, diminuindo assim o volume das importações e poupança de mais divisas;

A necessidade de reflectir sobre os mecanismos que contribuam para a redução dos custos de produção na agricultura moçambicana;

A necessidade de diminuir a dependência de Moçambique dos países vizinhos, para tal deve-se sistematizar a produção dos camponeses com base nos objectivos e intenções nacionais;

A necessidade de apoiar cada vez mais o sector familiar, incentivando também o desenvolvimento do sector privado, através de criação de mais facilidades para deixar de considerar a agricultura como uma actividade de risco;

A necessidade de abordar a mecanização e sua vantagem na produção agrária de modo a criar diferença;

A investigação deve desenvolver actividades que produzirem impacto na produção.

Entretanto o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, deve responsabilizar as explorações agrárias com mais de cinco anos em estado de abandono, tendo destacado e nós citamos “a terra deve ser optimizada”. O MASA deve potenciar a disseminação das técnicas de produção agrária e visualizar onde deve acontecer a agricultura no País.

O MASA deve encorajar as Empresas de Exploração de Gás, Prospecção de

Petróleo, Aréias Pesadas, Exploração de Carvão a apostarem na produção nacional de fertilizantes para aplicar na agricultura.

O MASA devem igualmente apostar no processamento de fruteiras evitando assim a deterioração destes. Apostar no marketing das actividades agrárias em Moçambique. A pecuária deve ser desenvolvida em todas as províncias do País.

O Plano Quinquenal do Governo deve ser de domínio de todos os técnicos do sector de agricultura e o MASA nas diversas abordagens, nos eventos deve direccionar as discussões aos assuntos concretos.

O Presidente da República incentivou o MASA a ser mais criativo na mobilização de investimentos, dentro das balizas e regras estabelecidas no Governo da República de Moçambique.



*Director Geral do IIAM, Inácio Maposse, explicando ao PR sobre as variedades libertas na Investigação*

## AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO, DISCUTEM “INVESTIMENTO RESPONSÁVEL NO SECTOR AGRÁRIO”

Quatro (4) Agências de Cooperação Internacional, nomeadamente FAO, IFAD, UNCTAD e Banco Mundial, constituíram um grupo de trabalho que contribuiu para a elaboração dos princípios de investimento responsável no sector da agricultura, que dentre outras questões, deve respeitar os direitos do bem estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais.

O seminário sobre o “Investimento Responsável no Sector Agrário” teve lugar na Cidade de Maputo entre os dias 23 e 24 de Abril de 2015, com objectivo de discutir as oportunidades de investimento e sensibilizar os vários intervenientes sobre a importância do investimento responsável na agricultura.

Entretanto para promover o referido investimento no sector agrário, a equipa de trabalho e agentes de cooperação, pesquisou o impacto e as tendências das diferentes formas de investimento do passado e procedeu a várias consultas e campanhas de sensibilização ao nível nacional, internacional e aos projectos específicos.

De referir que apesar da Urbanização da periferia, a maior parte das comunidades sofrem de insegurança alimentar nas áreas rurais e dependem da agricultura para a sua sobrevivência.

No seminário foi também sublinhado que Moçambique atravessa uma fase muito importante no seu desenvolvimento económico e muito tem acrescido em termos de investimento no sector agrário. Em 2014 a contribuição do sector para o PIB, situou-se na ordem dos 23.4%, essencialmente dominada pela produção agrária, com 83.9%, seguida dos sectores de florestas, com 8.7% e pecuária, com 7.4%.



O sector comercial têm se verificado crescentes investimentos e têm-se registado crescentes investimentos e tem havido uma expansão considerável nos últimos anos. Entretanto, 24% da população no País vive em insegurança alimentar nos índices de desnutrição crónica em crianças inferiores a 5 anos. Esta situação cria desafios e oportunidades para o sector da agricultura e para tal é necessário que o desempenho do sector melhora significativamente de modo a fomentar o bem estar daqueles que dependem do sector para incrementar a sua renda, assim como diminuir os níveis de pobreza no País.

Recuando um pouco, foi referido que a crise de alimentos ocorrido entre 2007 e 2008 foi em grande medida resultante da queda de produção de determinadas culturas alimentares em alguns países que são grandes exportadores no mundo. Assim, o aumento do preço de insumos agrícolas deveu-se à elevados preços de petróleo e ao investimento que teve que ser feito a culturas novas para a produção de biocombustíveis (é o caso da jatropha e etanol).

Face a vaga de novos investimentos e em resposta a crise tornou-se necessário preparar alguns princípios orientadores do investimento no sector agrário.

Entretanto o crescimento da agricultura depende de investimentos que nela são feitos (tanto privado, assim como doméstico) distribuído pelo

sector familiar, médio agricultores e grandes empresas que constituem uma grande parte. Os esforços para o investimento continuam necessários e segundo os seminaristas podem ser redobrados por via de recursos domésticos como por via das instituições ou entidades internacionais do sector público ou privado.

Estes investimentos podem não atingir aqueles que mais necessitam, por outro lado não garantem por si só o uso sustentável dos recursos, assim como podem minimizar os riscos do desempenho negativo associado ao investimento de larga escala no sector agrário.



Foi também referido que não existe uma definição mágica e única, mas que a experiência tem demonstrado que para satisfazer os interesses do investidor por um lado e do Governo e comunidades rurais do outro lado, estarão criadas condições para garantir um sucesso financeiro social e ambiental, o mesmo que dizer, o investimento responsável no sector agrário deve providenciar ao investidor um retorno satisfatório ao mesmo tempo que aos pequenos produtores devem ver as suas condições melhoradas.

O representante do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar



*Inspector Geral do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, Dr. Ilídio Miguel, intervindo no encontro*

destacou na sua intervenção a agricultura como base de desenvolvimento em Moçambique, tendo por isso o Governo colocado este sector no centro da sua Governação. Este compromisso

foi também assumido a 11 anos pelos Estadistas Africanos de transformar o meio rural melhorando as condições de vida das populações através de investimentos no sector agrário.

Entretanto em Dezembro de 2010 o País elaborou e assinou o pacto cujo o compromisso foi para financiar com urgência o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em Moçambique e elaborar um plano de acção para o desenvolvimento agrário a nível nacional, regional e continental. Nesse contexto, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário e o respectivo Plano Nacional de Investimento que ambos enfatizavam que investir mais na agricultura era a maneira mais eficaz e rápida para a redução da fome e da pobreza.

Assim destacou que a promoção de investimento que beneficie a população moçambicana, constitui uma componente importante do programa do Governo para acelerar a transformação de agricultura e a visão do PEDSA que realça a transformação da agricultura de subsistência em produtores com maior participação no mercado.

A terminar, o representante do MASA, referiu que envolvidos todos actores de desenvolvimento social do ponto de vista financeiro, social e

ambiental para o sucesso da muito investimento no sector agrário em Moçambique, devem ser feitos de forma responsável, tendo os parceiros de cooperação desenvolvidos as directrizes sobre o Governo Responsável, Posse de Terra, Pesca e Floresta no contexto da segurança alimentar.

Por outro lado ao analisar a aplicabilidade do investimento responsável para o desenvolvimento vai contribuir sobre maneira para o sucesso de desenvolvimento de políticas estratégicas e planos de investimento agrícolas mais sustentáveis.

## OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO AGRONEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE

**A** margem do seminário sobre Investimento Responsável no Sector Agrário, o Centro de Promoção da Agricultura - CEPAGRI, apresentou um tema sobre “As Oportunidades de Investimentos no Agronegócio em Moçambique” cujo objectivo fundamental foi de apresentar o papel desta instituição que visa, promover o sector comercial agrário e agro-industrial, de forma a maximizar a sua contribuição no desenvolvimento económico-social do país; propor estratégias e políticas públicas inerentes ao sector agrário e agroindustrial; atrair investimento privado para o sector comercial agrário e

agro-industrial; promover o desenvolvimento de um sector comercial agrário e agro-industrial eficiente e sustentável e identificar fontes, facilidades e oportunidades de financiamento para o desenvolvimento do sector comercial agrário e agro-industrial.

Entretanto o CEPAGRI intervem principalmente na mobilização de recursos públicos, incluindo de parceiros para constituição de linhas de crédito; definição de critérios de acesso e elegibilidade dos produtores, apoio aos produtores na elaboração das propostas, elaboração de acordos e regulamentos que regem as linhas; definição dos tipos de pro-

dutores a financiar e ainda definir regiões e tipo de produtores.

Porém, esta instituição depara-se com algumas limitações, com destaque para a ausência de empresas seguradas da actividade agrária; maior exposição aos riscos da natureza; flutuação dos preços; fraco desenvolvimento de infra-estruturas e ainda a falta de registo de propriedades dos produtores.

# Mecanização Reune Agricultura na Namaacha

Segundo o Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, com este “ponta-pé de saída” dado pelo Governo de Moçambique, aliás, pretende-se, perspectivar a participação massiva do sector privado já consolidado e paulatinamente aos produtores emergentes na operacionalização e funcionamento sustentável destes Centros.

**M**inistro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Condugua António Pacheco, dirigiu os trabalhos de reflexão sobre a importância da mecanização no desempenho da produtividade agrária em Moçambique nos dias que correm.

Numa reunião de um dia, na Vila Fronteiriça da Namaacha, a 05 de Março de 2015, o timoneiro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, referiu que a realização da primeira Reunião Nacional de Mecanização Agrária, no ano de 2015, constitui um momento privilegiado para reflexão coordenada entre os vários intervenientes da cadeia produtiva agrária sobre o que considerou, o nível de desempenho da produtividade agrária, a sustentabilidade do processo produtivo com base na tecnologia actualmente utilizada, predominantemente baseada na enxada de cabo curto e ainda a importância da mecanização na actividade pós-colheita, processamento e conservação de produtos agrários.

Por outro lado, é também uma ocasião de partilha, análise e aprimoramento dos instrumentos de orientação estratégica e de operacionalização dos cinco pilares consubstanciados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário e do respectivo Plano de Investimentos (PEDSA).

Exortou aos participantes para que as discussões sobre a mecanização fossem alinhados numa perspectiva macro desde a preparação de terra, sementeira, sacha, rega (com moto/electrobombas), colheita, processa-

mento, empacotamento, conservação, transporte dos campos de produção, até a distribuição e/ou comercialização.

A Mecanização deve no entanto ser extensiva à maquinaria e equipamento associado à avicultura (alimentação e limpeza), recolha e empacotamento de ovos, colecta de leite, alimentação do Gado e melhoria das condições das casas de matança até ao processamento de carnes.

O programa de mecanização a ser implementado a escala nacional, sublinhou que será suportado por cerca de 47 Centros de Prestação de Serviços previamente identificados pelo Governo, como uma das medidas para galvanizar os polos de desenvolvimento previstos no PEDSA.



*José Pacheco, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, orientando o Seminário sobre Mecanização, Lado Esquerdo: Luísa Meque, Vice-Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar, Sr. Tinga, Presidente do Município da Namaacha. Lado Direito: Leonor Neves, Directora Provincial de Agricultura em representação do Governo da Província. Embaixo: foto de família dos participantes ao seminário sobre Mecanização*





## PNISA Mobiliza Recursos para o Programa Nacional de Mecanização em Moçambique



**N**o âmbito do Programa Nacional de Investimento do Sector Agrário - PNISA foram mobilizados recursos com o Governo Brasileiro avaliados em cerca de 3.318.338.290,00Mt em equipamentos diversos incluindo a assistência técnica. Segundo Setina Titosse, Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Agrário, que falava na apresentação do Programa Nacional de Mecanização, no seminário realizado do dia 05 de março de 2015 na Vila da Namaacha, Província de Maputo, referiu que do montante acima referido será desembolsado em três tranches de valor por um período de vigência de 15 anos cujo período de diferimento deve acontecer dentro de cinco anos a taxa de juros 0,5% ano.

Em termos de compromissos assumidos entre os Governos de Moçambique e do Brasil o processo de montagem, revisão dos equipamentos e entrega técnica poderá acontecer em território nacional assim como a entrega dos kits de reposição de peças de maior desgaste durante o período de garantia. No entanto a capacitação e treinamento de maquinistas, mecânicos será feita em Moçambique e no Brasil, como também foram assumidos compromissos de prestação de serviços pós-venda (assistência técnica e venda de peças e acessórios).

Os locais com potencialidades já indentificadas compreendem o corredor de Maputo, na Província de Maputo envolvendo os distritos de Boane, Moamba, Namaacha e Manhica; corredor do Limpopo na Província de Gaza envolvendo os distritos de Massingir, Chókwe, Guijá, Chibuto, Xai-xai e Bilene) e na Província de Inhambane, os distritos de Guvuro, Morrumbene, Inharrime, Massinga e Vilanculos). Na Zona Centro foi identificado o respectivo corredor da Beira nos distritos de

Gorongosa, Nhamatanda, Buzi e Caia, na província de Sofala e Sussundenga, Manica, Barué e Gondola na Província de Manica. No Corredor do Vale do Zambeze foram identificados os distritos de Angonia, Chiuta, Maravia, Tsangano e Macanga na Província de Tete; Milange, Gurue, Alto Moloque, Gilé, Ile, Maganja da Costa, e Nama-curra na Província da Zambézia.

Corredor de Nacala constam os distritos de Meconta, Malema e Ribaué na Província de Nampula e por último o Corredor Pemba-Lichinga que vai contemplar os distritos de Nangade, Muedumbi, Montepuez, Pemba em Cabo Delgado; e Cuamba, Marrupa, Lichinga, Mandimba, na Província de Niassa.

Sublinhou ainda que nos potenciais locais para estabelecimentos de Centros de Prestação de Serviços e ainda deverão ser tomadas em consideração as várias instalações ociosas pertencentes ao Estado para o seu integral aproveitamento. Por outro lado, os gestores de Centros Provinciais de Serviços (CPSs) irão passar por um processo de incubação de empresário agrícola que consiste na reciclagem, capacitação e treinamento em boas práticas do agro-negócio com fortes componentes de gestão administrativa e financeira.

A participação no investimento por parte dos gestores dos centros, irá variar de 2,5% para classe A, 5% para a classe B e 10% para classe C, do valor total do investimento no CPS ou Unidade de Negócio para entidades colectivas e singulares sendo que a amortização do valor remanescente será acrescido por uma taxa de juro que varia de 5 a 10% a.a, com um período de vigência que varia de 5 a 10 anos em função das especificidades de unidades de negócio. O período de deferimento será de 12 meses.

Os gestores dos centros para fazerem parte do processo devem possuir conhecimentos básicos de gestão admi-

nistrativa e financeira, vantagens com experiência comprovada em gestão do agronegócio. Deverá ter uma conta bancária e aceitar que seja feita uma Inspeção/Auditoria das contas, sempre que for necessário e por último poderá aceitar a celebração do contrato com instituições financeiras para mobilização de crédito e/ou outras transacções.

Para que no final da jornada a renda dos produtores tenha aumentado, e a Produção e Produtividade Agrárias através do uso da mecanização seja uma realidade no País é necessário garantir a complementaridade entre o Programa Nacional de Mecanização Agrária e outras iniciativas para o desenvolvimento da cadeia de valor.

A transferência de tecnologias de produção agrícola e assistência técnica a vários níveis. No entanto serão formados operadores de máquinas, técnicos e produtores o que irá contribuir para expansão de áreas de produção e criação de mais postos de trabalho. Por último a disponibilização de alimentos a preços competitivos garantindo a segurança alimentar e nutricional e, redução das importações.



## Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

### Discute nova Estrutura Orgânica do Sector



**M**embros do Conselho Consultivo do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) juntamente com os Directores Provinciais de Agricultura a nível nacional estiveram reunidos nos dias 6 e 7 de Março do ano em curso, no Município da Namaacha, Província de Maputo, num retiro com objectivo de reflectir nos aspectos concretos e de funcionamento no seu aspecto orgânico por forma a corporizar os grandes desafios impostos pelo Decreto 1/2015 de 16 de Janeiro, bem como alinhamento dos discursos de Sua Excelência Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi e capacitação em matérias ligadas a governação e reformas.

Durante o retiro foi também matéria de discussão e análise as novas estruturas orgânicas do MASA, Direcções Provinciais de Agricultura e Segurança Alimentar e Serviços Distritais de Actividades Económicas.

O Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar é o órgão central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, dirige, planifica e assegura a execução da legislação e políticas nos domínios da agricultura, pecuária, florestas, hidráulica agrícola e segurança alimentar.

Nas novas atribuições do MASA foi destacado a importância do:

- i) Fomento da produção, agro-industrialização, e competitividade dos produtos agrários;
- ii) Promoção do desenvolvimento sustentável através da administração, manejo, protecção, conservação e uso racional de recursos essenciais à agricultura e segurança alimentar;
- iii) Promoção do uso e desenvolvimento sustentável dos recursos florestais;
- iv) Promoção da investigação, extensão, e assistência técnica agrária e de segurança alimentar;
- v) Promoção, monitoria e avaliação de programas, projectos e planos agrários e de segurança alimentar; e
- vi) Licenciamento das actividades agrárias.

**Na área da agricultura e pecuária:**

- i) Formular, propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento agro-pecuário.
- ii) Implementar políticas, estratégias, planos, programas e projectos do subsector;
- iii) Estabelecer normas para licenciamento, fiscalização e monitoria das actividades do sector;
- iv) Estabelecer normas para a implementação de projectos e progra-

mas de fomento das actividades agro-pecuárias;

- v) Garantir a defesa sanitária vegetal e animal, incluindo animais aquáticos e controlo zoo e fitossanitário;
- vi. Promover programas de investigação agrária e disseminar os resultados;
- vii. Promover a criação e desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de apoio às actividades agro-pecuárias;
- viii. Promover e garantir a assistência técnica aos produtores através dos serviços de extensão agrária para o aumento da produção e produtividade;
- ix. Promover e garantir a capacitação dos produtores; e
- x. Produzir e sistematizar informação sobre a agricultura no país.

*Continuação na Página 10*



### Na área da Hidráulica Agrícola:

- i) Formular, propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento hidroagrícola;
- ii) Definir, elaborar e promover programas e projectos para o desenvolvimento de infra-estruturas hidro-agrícolas.
- iii) Promover a gestão e o uso sustentável da água para o aumento da produção e produtividade agrária;
- iv) Promover a gestão da água para acelerar o desenvolvimento sustentável da agricultura;
- v) Elaborar e implementar normas e procedimentos sobre o acesso e uso sustentável de infra-estruturas hidro-agrícolas.

### Na área de Florestas:

- i) Formular, propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável do subsector de florestas;
- ii) Estabelecer normas para licenciamento, fiscalização e monitoria do uso sustentável dos recursos florestais;
- iii) Elaborar e implementar normas e procedimentos sobre uso e gestão sustentável dos recursos florestais;
- iv) Promover o processamento interno dos recursos florestais;
- v) Assegurar o desenvolvimento de plantações florestais para fins de conservação, energéticos, comerciais e industriais;
- vi) Promover programas de investigação florestal e disseminar os resultados.

### Na área da segurança alimentar:

- i) Formular, propor a aprovação de legislação, políticas e estratégias

- de segurança alimentar;
- ii) Promover boas práticas de preparação e uso de alimentos para garantia da segurança alimentar e nutricional;
- iii) Produzir, sistematizar e divulgar informação sobre a segurança alimentar no país;
- iv) Promover programas de educação pública e informação sobre acesso, conservação, uso, processamento e preparação de alimentos;
- v) Garantir a segurança alimentar através da educação nutricional das comunidades priorizando os alimentos mais nutritivos.
- vi) Assegurar a promoção e coordenação intersectorial na formulação, monitoria, avaliação e implementação do quadro de políticas e estratégias, para garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

No final do encontro, foi produzida uma Matriz de orientações atinentes a:

**Reflexão sobre o Estatuto Orgânico do MINAG e do MASA:** Os membros do Conselho Consultivo e Directores Provinciais, devem continuar a analisar o ponto na generalidade tendo em conta o objectivo central do MASA que visa garantir a segurança alimentar e repovoamento florestal, para alimentar a indústria acautelando questões do ambiente e pastagens.

**Proposta de locais de Realização de Lançamento das Campanhas Agrárias e Conselhos Coordenadores:**

Ainda no decurso desta reunião, houve a necessidade de rever a distribuição regional dos eventos de Lançamento da Campanha Agrária e Conselhos Coordenadores. elaborar os discursos de Lançamento das Campanhas Agrárias balanceando a tecnicidade e mobilização das comunidades. elaborar os cadernos de encargos para o lançamento de concursos para a construção ou reabilitação de casas para os Directores Distritais de Actividades Económicas. incluir imagens de alguns eventos já realizados nas campanhas anteriores para trazer alegria e impacto desejado nas apresentações. Os padrinhos das províncias a nível do MASA devem ser responsabilizados pela preparação dos eventos e a elaboração dos respectivos discursos. E, os Directores Nacionais e Provinciais devem definir desde já os conteúdos que pretendam ver reflectidos nos discursos de lançamento de Campanha Agrária, devendo cumprir com os prazos estabelecidos.

A Direcção de Economia deve incluir nos trabalhos do TIA dados de medição da renda dos agricultores e projecções de crescimento a curto e médio prazos.





# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

## DEBATE

### ACÇÕES ESTRATÉGICAS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Decorridos 30 dias do Primeiro Conselho Consultivo alargado aos Directores Provinciais da Agricultura, Sua Excelência, José Pacheco, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, convocou a Segunda Sessão Extraordinária, alargado aos membros do Colectivo das Direcções Nacionais, Instituições Subordinadas e Tuteladas, entre os dias 6 e 7 de Março do ano em curso, para discutir as novas atribuições do seu Ministério, bem como abordar as questões de organização, funcionamento, acções de impacto e os desafios do sector para os próximos tempos.

De referir que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, foi criado pelo Decreto Presidencial N.º 01/2015 de 16 de Janeiro de 2015.

O documento mãe deste encontro foi apresentado pelo Director Nacional de Economia, tendo destacado como potencialidades do sector de agricultura na disponibilidade de terra arável (cerca de 36 milhões de hectares), 15% estão em uso e cerca de 85% explorado pelo sector familiar.

Outra área que mereceu destaque são os cerca de 3,3 milhões de hectares possuem potencial para irrigação e mais de 50% do território é coberto de florestas, dos quais milhões de hectares são de conservação.

De referir que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar têm a função de dirigir, planificar e assegurar a execução das políticas e estratégias nos domínios de agricultura, pecuária, hidráulica agrícola,

plantações agro-florestais e por fim a segurança alimentar.

Por outro lado, esta instituição privilegiava a abordagem da cadeia de valor e parceria público-privado e população para garantir a soberania alimentar e do povo.

Nas áreas de intervenção, o MASA destacou os 6 corredores de desenvolvimento agrário, subdivididos em: Pemba-Lichinga, Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Limpopo e Maputo e as respectivas cadeias de valor.

Entretanto foram identificados 12 produtos estratégicos para o desenvolvimento e investimento agrário a saber: o arroz, soja, milho, banana, cana sacarina, mandioca, algodão, legumes, avicultura, castanha de cáju, carne bovina e silvicultura.

Outras acções estratégicas que o apresentador enumerou destacam-se o desenvolvimento do capital humano onde o MASA irá promover e facilitar programas de educação nutricional e mudança de comportamento nutricional, expansão dos centros de formação, de investigação, disseminação e difusão de tecnologias, bem como o desenvolvimento de tecnologias melhoradas, agricultura de conservação e inseminação artificial só para citar alguns.

O MASA irá apostar também na formação e capacitação dos principais actores e dinamizadores da produção de alimentos, nomeadamente os administradores, chefes de posto, presidentes de localidades, autoridades e líderes comunitários e os próprios produtores agrários, em:

- ◆ Segurança alimentar e nutricional;
- ◆ Agro-negócio;
- ◆ Maneio produtivo e sanitário dos animais;
- ◆ Controlo da qualidade de alimentos processados;
- ◆ Mecanismos de inserção do sector familiar no mercado;
- ◆ Fomento de culturas estratégicas, tradicionais e emergentes orientadas para o mercado;
- ◆ Promoção da agricultura comercial, através do aumento da disponibilidade de alimentos;
- ◆ Criar incentivos para estabelecimento de unidades de processamento nas zonas rurais;
- ◆ Massificar a produção de semente e material vegetativo;
- ◆ Incubar pelo menos 3.000 jovens recém-graduados em agronegócio;
- ◆ Reduzir de 24% para 12% as perdas pós-colheita, através de infra-estruturas de armazenamento e conservação modernos.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

# Prémio aos Melhores Actores Agrários

A iniciativa de premiação dos melhores actores agrários insere-se no âmbito da implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA). Este preconiza a necessidade de aumentar a produção e produtividade agrária, de reconhecer e estimular os melhores intervenientes na cadeia de valor, pelo seu desempenho e contribuição para a segurança alimentar e nutricional e melhoria da renda familiar.



## Os premiados da edição 2014



Artur Julião Mucatchua - Prémio Melhor Produtor 2014 | Província de Gaza



Feliciano Augusto Louvane - Prémio Melhor Extensionista 2014 | Província da Zambézia



Jamisse Amisse - Prémio Melhor Investigador 2014 | Província de Manica



Laura Frenk - Prémio Melhor Mulher Produtora 2014 | Província de Inhambane



FazBem Zeca Maia - Prémio Melhor Jovem Produtor 2014 | Província da Zambézia



Osvaldo Roque Joaquim Gemo - Prémio Melhor Reportagem Escrita 2014 | J. Notícias



Carlos Matsinhe - Prémio Melhor Reportagem Radiofónica 2014 | R. Moçambique



Ricardo Jossias Machava - Prémio Melhor Reportagem Televisiva 2014 | TV Miramar

**Campeão**

"Façamos da  
REVOLUÇÃO VERDE  
um Instrumento de  
Luta Contra Pobreza"

Para mais informações: [www.minag.gov.mz](http://www.minag.gov.mz) | DPA na sua Província | SDAE, no seu Distrito

### FICHA TÉCNICA

Edição: Centro de Documentação e Informação Agrária - CDA. Caixa Postal: 1406. Cel.: 823038186/823038165. Fax: 21321173. Edifício da Direcção da Agricultura da Cidade de Maputo. Maputo - Moçambique. Redacção: Félix A. Senete. Compilação/Arranjos: F.A.Senete. Revisão: Colectivo do CDA. Supervisão: Luís Majope. Fotografias: F.A.Senete/X.Jombosse. Distribuição: CDA. Registo: 4171/RLINLD/2004. Tiragem: 250 Exemplares. Endereço Electrónico: [folhasverdes.agricultura@yahoo.com.br](mailto:folhasverdes.agricultura@yahoo.com.br) / [www.minag.gov.mz/publicações](http://www.minag.gov.mz/publicações)